

Karine Santos
Carmem Maria Craidy
Alex Vidal
Magda Martins de Oliveira
Organizadores

PERCURSOS COM ADOLESCENTES PPSC 20 ANOS DE HISTÓRIAS



1º edição: 2017

Projeto gráfico: Jadeditora Editoração Gráfica

Editoração e capa: Rafael Marczal de Lima

Revisão ortográfica: Rosane Marques Borba

Fotos: Arquivo do PPSC

Impressão: Editora Evangraf Ltda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P429 Percursos com adolescentes : PPSC 20 anos de histórias / organizadores Karine Santos ... [et al.]. – Porto Alegre : Evangraf / Criação Humana : UFRGS/FACED, 2017.
176 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-88022-44-7

1. Programa de Prestação de Serviços à Comunidade - Relatos. 2. Adolescentes - Educação. 3. Adolescentes - Aspectos sociais. 4. Adolescentes - Aspectos psicológicos. 5. Direito dos adolescentes. I. Santos, Karine.

CDU 364-053.6(816.5)

CDD 362.7098165

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Metodologias em movimento

Alex Vidal

Ana Paula Genesini

Fernando Santana

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Jéssica Freitas

Karine Szuchman

Magda de Oliveira Martins¹²

A palavra “movimento” traduz bem o que queremos propor neste capítulo de abertura. Foi no movimento com as e os adolescentes que a equipe do PPSC foi constituindo e gestando as suas metodologias de trabalho. O ponto de partida é o movimento metodológico que denominamos de *fazer com* (o adolescente) que traduz uma composição que envolve perspectivas teóricas das áreas da Educação e da Psicologia. Esse *fazer com*, que tem a ver com a construção de um evento educativo e pedagógico, aposta na proteção, no cuidado e na construção de autonomia como dispositivos da ação educativa. A interlocução entre metodologias gestadas em áreas distintas e a construção da novidade é a experiência que motivou esse texto dialogado¹³. Nessa interlocução, o

¹² Alex Vidal – Historiador, Doutorando em Educação/UFRGS, bolsista no PPSC

Ana Paula Genesini – Psicóloga, Mestranda em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, bolsista no PPSC.

Fernando Santana – Estudante de Pedagogia/UFRGS e bolsista do PPSC

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto – Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS

Jéssica Freitas – Pedagoga e ex-bolsista do PPSC

Karine Szuchman – Psicóloga e ex-bolsista do PPSC

Magda de Oliveira Martins – Pedagogia, Técnica em Assuntos Educacionais da UFRGS e Coordenadora do PPSC

¹³ Integram esse diálogo a coordenadora do PPSC, Magda Martins de Oliveira; a professora do curso de Psicologia da UFRGS, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto; a pedagoga e ex-bolsista do PPSC, Jéssica Freitas; a psicóloga e ex-estagiária do PPSC, Karine Szuchman; os bolsistas Fernando Santana, Alex Vidal e Ana Paula Genesini.

acompanhamento juvenil como uma metodologia específica gestada no âmbito da Psicologia Social e a perspectiva pedagógica do *fazer com* (o adolescente) sustentada por princípios político-pedagógicos emancipadores guiam o movimento metodológico tecido na interdisciplinariedade.

E assim, a tarefa a várias mãos se fez.

Magda: Nem sempre tivemos clareza de que fazíamos isso. Algumas vezes nos obrigamos a parar e escrever sobre nossa metodologia de trabalho para percebermos com mais clareza. Quando eu li o artigo “Pedagogia da presença”¹⁴, eu nos enxerguei ali. Nós temos, sim, uma concepção de fundo que vai nos orientando no trabalho e na relação com o adolescente.

Jéssica: No percurso até aqui, eu vinha pensando no que nós defendemos como *fazer com*. Porque isso é muito forte; vamos percebendo que é preciso estar com o adolescente, assim construímos essa linha da afetividade que nos permite conhecê-los mais, saber da trajetória dele, saber da família e da escola. E isso tudo é importante, porque são elementos essenciais no acompanhamento. O *fazer com* está marcado na minha prática. Quando eu fui para o meu atual espaço de trabalho, meus colegas perceberam isso: “a Jéssica está em todos os lugares, com todos os guris e nunca está aqui”. É que eu justamente aposto nisso; acho muito importante investir na autonomia do adolescente, só que muitas vezes, sabemos, ele não vai conseguir sozinho. Ele vai a alguma instituição e vai receber um “não”, e ele vai pensar: “Ok, vou pra casa”. De fato, quando nós os acompanhamos, sentem-se mais confiantes. Eles também se colocam como observadores de *como fazer; como falar com as pessoas*. Às vezes as pessoas não querem fazer as coisas para o jovem, deixando-o confuso; às vezes nós somos as pessoas com quem eles resolvem essa confusão.

¹⁴ O livro **Pedagogia da Presença** (1999) é de autoria de Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Recentemente, tivemos a situação de um guri que iria fazer parte de um projeto externo. Fui com ele ao banco para abrir uma conta-corrente e nada estava dando certo. Ele estava com a mãe, que é negra, e por o jovem ser pardo, a pessoa que estava atendendo - sem sensibilidade alguma - disse que teria que voltar na companhia de sua responsável. Então, a mãe teve que afirmar para a atendente que ela era a responsável por ele e que estava ali. São vários desrespeitos que o jovem e a família sofrem e se nós não estamos juntos, se nós não os instrumentalizamos, eles desistem. Nesse caso, eu vi claramente que, se eu não estivesse junto, o adolescente e a mãe teriam desistido. Muitas vezes, o adolescente não se dá conta; já estão muito acostumados a serem desrespeitados, e o nosso papel é mostrar que sim, todo o ser humano deve ser respeitado; mostrar como deve ser o diálogo (para serem respeitados) é muito importante.

Essa caminhada e essa sensibilidade de perceber a importância de estar com ele tem muito a ver com o *fazer com* e com uma possibilidade de circulação pela cidade. Para avaliar isso, eu observo como o adolescente chega. Se o jovem consegue fazer as coisas por si mesmo ou se tem dificuldades em se organizar, então eu já sei que preciso estar junto, quando, por exemplo, ele for fazer a confecção de sua carteira de trabalho

Magda: É a opção pela construção de um evento educativo; é fomentar uma experiência educativa em companhia do adolescente; é frequentar os espaços públicos, demonstrar como se acessa um determinado lugar; observar a atitude do servidor no atendimento. Eu vejo essa forma de acompanhar como uma estratégia de proteção. Às vezes tomamos o conceito de limite apenas como um espaço de privação, de demarcação de algo que o adolescente *não* vai poder fazer, mas, na verdade, o limite é também um espaço de proteção. O que a Jéssica está dizendo é que ela estende esse limite conforme a condição do adolescente de enfrentar ou não uma situação específica. Estamos, na verdade,

cuidando para que a experiência seja positiva, porque disso depende seguir aventurando-se. É construir um espaço de proteção para cada adolescente, percebendo o limite de cada um, pois uns poderão ir sozinhos fazer a Carteira de Identidade, mas não conseguirão ir sozinhos preencher uma ficha de emprego, por exemplo. É importante sentir essa condição do adolescente e oferecer uma proteção correspondente ao seu grau de autonomia.

Alex: Isso é estratégico; é outra forma de estar com o adolescente. Criar eventos diferentes: estar com ele na escola; estar com ele na oficina; ou ter uma conversa com ele ao longo do percurso pela cidade e pelas políticas públicas. Cria-se outra condição de estar junto, e por isso, também é pedagógico; é outra forma de nos relacionarmos, porque quebra o gelo de estar numa sala, sentado um na frente do outro. As pessoas precisam dialogar. No momento que estamos juntos no ônibus, ou caminhando, as coisas fluem de outra maneira, menos formal e tu trazes o movimento do cotidiano para dentro do diálogo.

Fernando: *Fazer com* serve não só para ajudar os adolescentes, mas também para relacionar-se melhor com eles. A primeira coisa importante quando o adolescente chega é o estabelecimento de uma relação de qualidade com ele. Essa relação é construída, e para ela existir e durar é preciso que as pessoas invistam nesse relacionamento. É por isso que esses aplicativos que pulam essas fases fazem tanto sucesso, porque as pessoas não querem se dedicar, investir. O “fazer com” ajuda nisso: às vezes passar dez horas conversando com um adolescente em uma sala não vai me ajudar a conhecê-lo tanto quanto ir com ele fazer algo, porque quando nós saímos para fazer algo, sempre aparece uma dificuldade. E, pensando bem, a dificuldade é uma coisa positiva, porque é a tua oportunidade de agir sobre a situação e aprender sobre ela. Eu sempre penso de uma maneira global; não só no adolescente. O adolescente é importante para mim, mas ele faz parte de um todo, então o fato de ir a algum lugar te faz estabelecer uma relação não

só com o adolescente, mas com outras pessoas que também têm direito a direitos. Não acredito na maldade das pessoas, e sim, no modo como as pessoas estão acostumadas a agir. No exemplo da Jéssica sobre o incidente com o segurança, de repente ela conversa com ele e o “desarma”. A pessoa está gritando e se exaltando e aí tu faz uma pergunta pra essa pessoa, problematizando a situação, e ela se põe a pensar. Então tem um pouco disso, de mostrar esse outro lado dos serviços. Às vezes a gente vai fazer o caminho mais difícil, porque é esse caminho que, possivelmente, o jovem vai encontrar. Nós fazemos todos os processos como se ele estivesse sozinho, porque nós não queremos fazer *por* ele, mas sim dar o apoio, pois dali a pouco nós não estaremos mais o acompanhando.

Magda: Te ouvindo falar eu pensei em duas coisas: primeiro na disponibilidade de quem chega para atuar no PPSC. As pessoas integram-se à equipe e, em seguida, demonstram essa disponibilidade de *estar com* o adolescente. Muitos de nós são de origem humilde, da periferia, e outros não e, no entanto, nós conseguimos vencer essa diferença cultural, social. Vencer essas diferenças funciona muito bem no PPSC. Em segundo lugar, penso no medo que alguns educadores/adultos têm de que a proximidade com o adolescente coloca em risco o lugar de autoridade; um receio, às vezes, de rir de uma piada do adolescente. A gente sempre trabalha com a ideia do adulto de referência. Talvez isso seja um desafio aqui por causa da idade e da experiência dos bolsistas que são muito jovens ainda, mas de um modo geral isso é superado.

Fernando: Parece que isso fica claro para o adolescente, porque ele sabe desse nosso lugar. É impressionante como não precisamos falar diretamente sobre esses papéis nem nos impor, mas ele sabe que nós somos uma referência.

Jéssica: É isso. Eles chegam e conseguem identificar a figura do coordenador, do educador. Então o jovem identifica que eu se-rei sua referência no seu acompanhamento, e que lá nas oficinas

vai ter como referência outras pessoas que irão acompanhá-lo nas atividades

Magda: E na cabeça do adolescente sempre há a ideia de que o lugar dos adultos é um lugar de autoridade.

Jéssica: Eu passei por esse conflito: “Qual é o limite da nossa autoridade? Até onde é amizade e até onde devemos ser apenas uma referência para o adolescente?” De início, no acompanhamento, eu ficava com medo de dar o limite. Então isso também precisa ser construído em equipe, conversar sobre as dificuldades que esse jovem apresenta, sua história de vida que o leva a se relacionar de determinada forma com “os adultos”.

Magda: Porque essa forma de se relacionar foi aprendida. O que temos é a oportunidade de viver com o adolescente uma experiência positiva, e ele, por sua vez, vai poder descobrir outras possibilidades de se relacionar consigo e com os outros. Mas ele precisa viver a experiência para descobrir isso.

Alex: E tem uma estratégia bem de fundo aí, o momento que vocês estão pensando uma forma de melhor trabalhar e acolher ele, vocês estão pensando em uma estratégia para que ele permaneça, essas outras pessoas, que tu te refere, desistem de tentar se relacionar e isso afasta o adolescente. Ao invés de pensar essa pessoa mais “difícil” como alguém que precisa de mais cuidado e outras estratégias de acompanhamento, tu acaba afastando ela.

Magda: O adolescente pode ter as suas limitações pessoais e até desrespeitar as regras da instituição, ou resistir à autoridade dos educadores/referências, mas é fundamental que o educador perceba que está diante da oportunidade de (con)viver com o adolescente. As oficinas do PPSC são exemplo disso e um compromisso assumido pela equipe. Estamos a serviço do desenvolvimento do adolescente, e a nossa estratégia é *estar com* ele e aproveitar a oportunidade de forma a repercutir na vida pessoal do adolescente.

Fernando: Têm uns jovens que o embate não funciona, então...

Magda: Porque embate para ele é mais do mesmo.

Fernando: Têm uns que não escutam, sempre fazem a mesma coisa, pensando nisso, quando tu muda a lógica, tu consegue resolver melhor a situação. Eu lembro de um acontecimento em que a adolescente jogou um lixo no chão, e meu simples ato de pegar o lixo e colocar no lugar ao invés de brigar com ela, desmontou ela.

Jéssica: Eu me deparei com um jovem que eu não consegui fazer um filtro da nossa relação, e eu tive que pedir “socorro”, porque eu não conseguia conversar com ele...

Magda: Tu percebe, Jéssica, que o fato de pedires ajuda a um colega revela um pouco da tua própria concepção de educação e de cuidado? Sempre haverá situações que esbarrarão no nosso limite pessoal, situações com as quais não conseguiremos lidar. Têm ideias e escolhas muito pessoais que estão sendo negociadas ali naquela relação, simplesmente porque não abandonamos nossa história pessoal. O que fazemos é incrementar essa história com uma formação profissional - concepções, metodologias de intervenção - e então, pedir auxílio é reconhecer nossos limites, mas é também uma estratégia de cuidado consigo e com o adolescente.

Alex: Porque tu sabe que o adolescente tem direito a ter um atendimento de qualidade, e tu não vai ter as condições de fazer isso, então tu pede que outra pessoa te ajude, tu tá pensando nele...

Magda: Essa é uma ideia de direito muito importante. Os atores dos serviços e programas das políticas públicas precisam aceitar e assumir que nessa relação com a adolescência nós estamos em um lugar de agentes de defesa de direitos. Mesmo se eu estou na escola, eu não posso ouvir que o adolescente está vivendo uma situação de negligência e não me implicar. Basta pen-

sar que a educação é, ao mesmo tempo, um direito fundamental e uma política de proteção; ela vai ser um direito, mas também uma política protetiva.

Alex: Isso é muito importante, mas voltando à questão da nossa metodologia. Eu vejo que o *fazer com* tem muita semelhança com o AJ. As duas apostam em estar com o jovem, apostam no vínculo. Uma diferença é que o PPSC está com o jovem enquanto equipe e muitas vezes podemos pensar em quem é mais estratégico estar com o jovem, de acordo com cada situação, se alguém na oficina, ou no setor, ou uma conversa individualizada. Já no AJ, o acompanhamento se faz por uma pessoa que circula com o jovem, embora tenha um grupo de apoio por trás. Além disso, o AJ faz um atendimento sistemático...

Magda: E ele não pressupõe, necessariamente, que haja um plano concreto para o dia. O AJ não vai precisar disso, não está atrelado às previsões do PIA do adolescente, por exemplo. Pelo contrário: o exercício é desvincular o AJ do cumprimento da medida judicial, e eu acho que isso diz da intervenção. Do ponto de vista da educação, estamos aqui para intervir. Existem ações no PIA que orientam nosso percurso com o adolescente, pelo menos num primeiro momento, até que o adolescente, ele mesmo, possa ir evidenciando suas demandas que nem sempre coincidirão com as previsões iniciais definidas lá no acolhimento do CREAS. Essa relação de abertura e confiança construída entre educadores e adolescentes vai anunciando “como” fazemos o acompanhamento no PPSC.

Jéssica: Podemos usar como exemplo o acompanhar um adolescente na confecção de um documento, existe um objetivo concreto nesse “estar com”, mas, ao mesmo tempo, existe um espaço de escuta muito potente nessa circulação pela cidade, aproximando-se daquilo que pensamos ser o AJ... No espaço do AJ uma coisa que se fez muito presente pra mim é que em um

dia o jovem está falando uma coisa, pensando outra trajetória de vida sem envolvimento com o ilícito, passa-se uma semana, chega para novo atendimento e o jovem já reformulou tudo aquilo que havia falado e pensado na semana anterior... na experiência que tive com o AJ, lembro de ficar refletindo sobre a rapidez de troca de ideias e por vezes me questionava como poderia ser algo tão rápido

Magda: Pois é, acho que isso que tu fala da escuta é um fator marcante de diferença entre um lugar e outro.

Alex: É a questão da escuta que é muito forte, mas é outro nível, ali parte do adolescente por ter essa periodicidade e esse vínculo muito forte que se constrói de uma pessoa com outra, não é uma equipe, é uma pessoa acompanhando um adolescente então parte de outro lugar...porque também existe essa construção de tu ir nas políticas públicas, de acionar direitos, de ir nas escolas, isso também está no AJ...

Jéssica: Mas eu acho que o *estar com* é muito propositivo...

Alex: É que quando a gente atua como programa, inclusive na construção de um PIA, existe coisas que a gente tem que dar conta com o adolescente como ele cumprir a medida...e no AJ se espera partir mais do adolescente...

Jéssica: Um momento muito emblemático pra mim foi um dia em que fui na FASE para o atendimento de Aaron. Ele estava muito dopado e não conseguia conversar, me disse que não conseguia falar e perguntou da possibilidade de eu ir com menos frequência.. mas eu fiquei pensando "como assim? eu quero estar aqui". Naquele momento, consegui colocar-me em um real lugar de escuta e ouvi que ele estava me dizendo que naquele momento não conseguia falar. O jovem conseguiu me dizer "Jéssica, tu fala demais", e, naquela ocasião, o "falar demais" não estava sendo legal. E então, escutar isso e saber que ele estava me dando limite me fez pensar naquele acompanhamento... e é bem isso: no AJ, o

adolescente que dá o tom, diferente do *fazer com que é algo mais* propositivo...

Magda: é uma questão de metodologia mesmo. No AJ tu vai trabalhar a partir do que surge no encontro. Não saímos, necessariamente, com um plano de ação para pôr em prática com o adolescente, naquele dia. Saímos para um encontro e o que vai rolar nesse encontro não se tem como precisar. Mesmo quando saímos para fazer um documento com o adolescente, a maior expectativa é poder estar com ele. Fazer o documento é um pretexto para estarmos juntos.

Fernando: Outra coisa que acho importante, tanto no AJ quanto no fazer com, é que não podemos esquecer da realidade do guri,....

Alex: Isso é importante, por sermos uma unidade de Execução de medida de PSC, nós entendemos que temos que trabalhar alguns assuntos, temos que provocar a reflexão dos adolescentes sobre alguns aspectos da sua realidade. Temos que falar de violência, tráfico, racismo e vários outros assuntos que os próprios adolescentes trazem. Mas são todos assuntos delicados.

Magda: Quando o ato infracional tá aqui, ou o tráfico tá aqui nessa sala... é preciso falar sobre o uso da droga... é preciso falar sobre a infração... porque nós sabemos que essas situações que envolvem o adolescente não podem ser negadas. Esquecidas. Mas como a gente trabalha isso escapando da coisa do bem e do mal, dessa dualidade? Mas tem que trabalhar, esse é o nosso papel.

Alex: Mas é isso que eu fiquei pensando, é claro que ele sabe desse contexto melhor que a gente, por isso é bom ele trazer isso, então vamos abrir pra conversar, porque isso acontece... É o que a gente sempre diz: esses momentos de conflitos são sempre os melhores para trabalhar, um momento de consenso, onde não tem nada de adverso é "bom, tranquilo", mas os melhores são

quando acontece alguma coisa, e nós podemos problematizar. E entendo que é essa a nossa função nesses assuntos, em vez de julgar, temos que questionar, desnaturalizar as coisas.

Jéssica: Entendemos, sim, a questão social que permeia a vida deles, mas não podemos nos utilizar de um discurso de que os jovens são “coitadinhos”; temos que pensar essas questões com eles. Tem que mostrar os outros caminhos que existem, que vai ser difícil, muitas vezes começa pelo trabalho no *fast food*, podemos sim em um diálogo colocar das dificuldades que um trabalhador dessa empresa enfrenta, mas é importante o adolescente se dar conta de que as coisas começam assim e que de início essa será uma alternativa para sua vida.

Magda: O *fazer com* pode ser entendido como uma prática protetiva junto aos adolescentes. O Fernando viveu uma experiência marcante na central de vagas em que a atendente foi muito inadequada, dizendo que não queriam que o adolescente em questão voltasse para escola porque ele estava envolvido com o tráfico. Foi uma enorme exposição. O Fernando sabe os detalhes, mas o que eu quero salientar é que o Fernando se impôs, questionou e estava ali para zelar pelos direitos daquele adolescente.

Gislei: Eu vou entrar nesse diálogo para localizar um pouco o que fez produzir o AJ, e como na interlocução com o PPSC vai se constituindo uma diferença.

A ideia do AJ surge num trabalho com adolescentes em medida socioeducativa e medidas de proteção, em que uma equipe da psicologia começou a entender a importância de ter espaços de acolhimento com os e as adolescentes, de circulação, não restringido ao local de acolhimento institucional em que estavam, ou a casa de medida socioeducativa de internação, ou o estabelecimento onde participavam de um programa de estágio. E aí começaram a surgir questões como as da escola,

ou a questão muito simples de fazer uma carteira de identidade, um cartão do banco, a princípio coisas cotidianas e que estariam dadas, e no percurso fomos percebendo que o que era para ser feito não estava tão dado assim para os adolescentes, e que muitas vezes os próprios estabelecimentos que encaminhavam tinham a ideia de que era uma questão de autonomia o adolescente ir fazer sozinho, e não que a autonomia é uma relação de confiança consigo e relação de confiança com o outro, principalmente nesse período da vida.

Então, começamos a perceber que os trânsitos com os adolescentes eram muito potentes para entender como o adolescente se percebia e era percebido ao ocupar posições diferentes.

Paralelo a isso, tinha um grupo de estagiárias com experiência em acompanhamento terapêutico (AT)¹⁵, então nós começamos a fazer um diálogo metodológico com esse acompanhamento terapêutico que surge do espaço da política de saúde mental, de pensar a questão da cidade e da circulação, pensar esse lugar mais híbrido, de um fazer que não é só do lugar técnico, mas de um lugar de confiança e produção nas relações. Aí surge uma problematização do que é a amizade dentro da relação mais fraterna e mais solidária.

Um encontro com o adolescente que demanda algo que é para além do cumprir a atividade que está prescrita, que ultrapassa a medida que ele está cumprindo. E por outro lado, um espaço

¹⁵ O Acompanhamento Terapêutico (AT) surge no contexto da reforma psiquiátrica e no movimento de construir serviços e práticas substitutivas a lógica de internação e institucionalização das pessoas com sofrimento psíquico grave. Essa nova estratégia abre possibilidades de atuação do trabalho em saúde mental coletiva com um modalidade clínica que acolhe os sujeitos atendidos, a partir de um exercício de circulação pela cidade, numa relação em rede com equipes, familiares, serviços, comunidade. PALOMBINI, Analice *et al.* *Acompanhamento terapêutico na rede pública: a clínica em movimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2004.

metodológico com alguns recursos que nós já tínhamos, nesse campo da saúde mental coletiva, pois nós começamos a perceber que acompanhá-lo e fazer algumas atividades de circulação na cidade, acessando espaços que ele buscava para algum tipo de relação, e também propondo outros, tinha um caráter de intervenção. Aí começamos a pensar o AJ como uma diferenciação, não é o acompanhamento terapêutico (AT), é uma variação, tem sua singularidade com a demanda juvenil. Então, quando a gente veio trabalhar aqui no PPSC, já tínhamos um pouco esse percurso e se cria um outro diálogo, que é o AJ se pensar de uma maneira mais interdisciplinar. Porque, até então, ele estava muito colocado numa prática da psicologia, mesmo que a psicologia se pensasse de um lugar interdisciplinar, porque pensar a saúde coletiva não é se restringir a uma área ou outra, mas do ponto de vista do exercício quem fazia tinha a formação em psicologia.

Ana: Eu acho que é importante destacar o caráter clínico-político da intervenção; o quanto apesar de ela produzir uma diferença, ou atentar à produção de diferença na singularidade da vida daquele adolescente, ela também se ocupa da problematização das instituições que compõem a rede desse adolescente e onde ele se posiciona na relação com essas. Questionamos como ele pode ocupar outros lugares, tornando-se menos assujeitado, menos produzido nessa relação institucional, e mais autônomo e também trabalhamos acionando e articulando essa rede, em suas responsabilidades. Essa dimensão da intervenção me parece importante, e seus efeitos se tornam bastante evidentes, principalmente se pensarmos nos acompanhamentos realizados em medida de internação. Tensões institucionais e situações delicadas se davam a partir dos AJs, que produziam um certo incômodo na instituição, em seu funcionamento e organização mais engessados e convocavam os atores envolvidos a olharem para dimensões da medida socioeducativa e do plano individual de atendimento, que não recebiam a atenção necessária.

Karine S: Fiquei pensando na relação do AJ dentro de uma execução de medida, especialmente no PPSC, fiquei pensando como um alargamento do tempo da medida esse AJ. Não no tempo cronológico, porque não tá aumentando o tempo cronológico dele com a gente, e sim na produção de um outro tempo com esse jovem. Isso que a Gislei falava, de quando o jovem vai fazer uma carteira de identidade, a maioria das pessoas pensa como uma tarefa, e poucos prestam atenção nesse percurso, nesse tempo, que a gente faz questão de estar com. Então acho que é também dar outro olhar pra esse tempo, por isso eu falo de alargamento, pensando em como a gente pode aproveitar e produzir com eles algo que se faz nesse percurso, que conforme a gente vai pensando, fica para além de só fazer uma identidade, mas que eu acho que tem algo que começa neste entre fazer alguma coisa.

Gislei: Isso do tempo é interessante de pensar metodologicamente, e até o lugar do AJ como uma diferença da medida, do tempo a ser cumprido, que é cronológico, e do tempo sentido, experimentado pelo adolescente. Então, normalmente, os executores da medida têm essa pressão de um tempo determinado, que o adolescente chega com o posicionamento de que “bom vou cumprir minha medida”, então tem a possibilidade de produzir com o adolescente outros sentidos para esse tempo, para que ele possa pensar a medida de si. Temos o tempo da medida, a responsabilização sobre o ato etc., mas tem o tempo vivido que está se desdobrando dali, e o AJ abre para compor metodologicamente um espaço de mais exercício de construção com o adolescente, entre a tarefa dada e um exercício que ele pode fazer escolhas e opções, ele vai ter um tempo pra fazer o que lhe interessa, circular... pra pensar que: bem, tão exigindo que ele tem que estudar, mas na verdade estudar é uma ação protetiva, então, ele quer estudar? Ele quer um curso? Ele está vivendo alguma questão relativa a uso da droga? Alguma questão de saúde mental?

Então, ele pode se apropriar dessa relação consigo e com o que acontece, não só por uma execução da medida, mas por um exercício de si e da equipe também, porque com o AJ, quem acompanha pode se colocar em outra posição, de um acordo construído nesse tempo sentido, a partir de, como, o adolescente quer experimentar a relação com a medida e com sua própria vida.

Nesse sentido, o AJ não pode ser um cumprimento da medida, mas ele pode ser uma estratégia a ser oferecida para o adolescente com o cumprimento da medida, desde que esse espaço assegure essa diferenciação, porque é importante para o adolescente e para a equipe também. Esse movimento é interessante!

E outra questão, que a Ana falou do clínico-político e da gente pensar que o que se coloca em análise no AJ não é só o adolescente, é o adolescente na rede de relações que ele está, então pensar o AJ do ponto de vista de uma circulação e da autonomia, diz da rede de relações que ele tem para poder exercer sua autonomia, para poder circular, se divertir, estudar, trabalhar, etc., então esses estabelecimentos também passam a ser espaços de análise com quem realiza o acompanhamento.

Ana: E também acaba se constituindo uma circulação de outras significações possíveis pra si, nessa relação. Quando a Karine traz a identidade, eu fico pensando um pouco sobre essa identidade colada que o adolescente tem quando chega aqui; de ter coisas que são muito dadas na vida deles, sobre as quais eles não refletem, do tipo “tá, a vida é assim, o caminho é esse...”, e o trabalho com AJ possibilita ampliar essa significação que já vem muito construída sobre a vida dele, para trazer não respostas, mas outros questionamentos e reflexões, outros lugares possíveis para si, outro planos.

Eu acho que nesse espaço as narrativas se ampliam e se diversificam também a partir da oferta de uma escuta em sigilo,

pelo ambiente protegido, pela relação de vínculo que vai se construindo entre o acompanhante e o adolescente que possibilita que essas narrativas se expandam e sejam outras. Penso em um momento que eu acompanhava um menino que, aliás, continua em internação, e ele trazia dessa relação com uma identidade criminosa. Com o AJ mais do que eu poder dizer pra ele que eu o reconheço como outra coisa, que não um criminoso, foi sendo possível, pelo processo do acompanhamento, pelos encontros, que ele fosse entrando em contato e expressando outras dimensões e desejos dele, que dizem da multiplicidade, da ampliação de narrativas de si e da construção de outros lugares pra sua vida.

Por exemplo, há pouco tempo, eu estive com esse mesmo menino, e ele trouxe sobre ter entrado nessa via de prática de atos infracionais, porque era o que parecia possível e aconteceu que deu certo e que ele não vislumbrava outras alternativas; ele dizia que não se imaginava fazendo ENEM, que era difícil, que talvez acabar o ensino médio não era para ele, porque não tinha ninguém na família dele que tinha seguido por esse caminho. Então, eu pude devolver pra ele o quanto ele já estava seguindo por caminhos diferentes, sem nem perceber: vinha lendo livros com rapidez – tinha começado com autobiografias, depois sentiu vontade de ler livros sobre os conflitos que aconteceram no mundo, livros de história; contou que gostava de matemática e pediu pra eu levar exercícios de matemática para ele estudar. Isso já era uma mudança muito grande para ele, já era escolher alternativas que ele não via, antes. Ele já estava seguindo outros caminhos. Então, ele pediu pra eu levar algumas provas sobre o ENEM para ver se ele conseguia fazer.

Karine S: Eu acho que nessa questão da separação, nessa descolagem que a gente fala, do adolescente com a identidade marcada que é dada a ele, acho que essa tentativa de descolagem a gente faz de várias formas pelo AJ, tem muito a ver com a questão da circulação mesmo, circulação do espaço, de que bom, pode

ser uma conversa, mas essa ideia de ampliar a ideia de circulação em si, de sair com ele e ir para outros lugares, tem a ver com o que a Ana falava, das formas que ele se vê. Eu fico pensando muito nessa especificidade que é o AJ com adolescentes que tm a vida muito institucionalizada, seja porque passam por abrigos, ou pela Fase. Tem muito marcadamente essa institucionalização e judicialização da vida em que sempre é um adulto que diz o que é certo, melhor e o que ele tem que fazer, então eu vejo muito o AJ como um espaço que ele tem para construir uma narrativa dele, que ainda não existe. Acho que poucas vezes isso é ofertado para ele. Porque o outro também precisa reconhecer que ele é outra coisa, para além do autor do ato infracional.

Então retomo o que a Gislei falou, sobre a separação da execução da medida e do AJ, que podem estar andando juntas, mas que são coisas diferentes. Um espaço está ali porque o adolescente é autor de um ato infracional, e o outro espaço está ali para fazer a ampliação do que ele é para além disso. Ou seja, que narrativa ele faz sobre a sua própria vida. Uma narrativa que vai sendo tecida nessa circulação feita *com* ele.

Ana: E eu acho que essa circulação é capaz de produzir zonas de vizinhança que antes não estavam dadas. Algo que é bastante marcante é a relação que eles têm com o território em que vivem. Muitas vezes eles não conhecem a cidade onde moram, não são apropriados da possibilidade de estar em outros lugares dessa cidade. Circular por esses outros espaços, através do AJ, produz um reconhecimento de que é possível estar nesses lugares, também habitá-los; ainda, pelo contato e relações que vão se estabelecendo com os sujeitos que estão por ali, vai se rompendo a dualidade *eles x nós*, a identidade que os adolescentes muitas vezes nos concedem de *playboy*/pessoa da universidade. As trocas, os relatos compartilhados, a possibilidade da confiança, da amizade, das discussões, produz encontros entre nós, que sinalizam que

uma pessoa não é só uma coisa, não tem um rótulo, que a gente não é tão distante assim, em tudo; e que há singularidades que são da história de cada um, mas que também existem elementos, experiências comuns, que nos aproximam... Penso que isso é muito importante para o reconhecimento da possibilidade de relação com pessoas que têm trajetórias de vida e experiências diferentes.

Gislei: Pensando no PPSC, do ponto de vista do que vai se criando, acho que quando a gente fala do AJ diferenciar-se do cumprimento da medida socioeducativa, trabalhamos com a ideia da coexistência, e eu acho que os serviços que trabalham com a medida socioeducativa têm dificuldade de reconhecer a possibilidade de que “eu posso ser executor e também posso ser outra coisa”. Essa coexistência que o adolescente pode encontrar aqui, por exemplo, ele vai cumprir o horário da medida dele, mas ele pode ter a oficina, pode ter o AJ, enfim, ele pode encontrar algo que lhe interesse, é um desafio pra equipe trabalhar com essa coexistência que considero fundamental. É tenso e gera um permanente exercício ético do processo, envolvendo uma questão que é o ponto de vista de como se pensa a medida porque, oferecer o AJ ou outras modalidades articuladas ao conjunto da execução da medida é um posicionamento de determinada concepção da medida, que faz com que ela se desdobre em outras possibilidades de ação.

Nesse sentido, quando eu cheguei aqui, do ponto de vista de ser da psicologia, do grupo de extensão Estação Psi, para compor com o trabalho da psicologia e o PPSC, já havia a interlocução com a psicologia de outras formas, o que aconteceu foi que, na verdade, eu fui encontrando um AJ que já acontecia ali também.

Porque tem isso, como a gente passa a nomear uma estratégia de intervenção, e eu encontrei aqui algo que não era nomeado dessa forma, mas tinha esse *fazer com*. Talvez, naquele momento, este fazer estivesse muito voltado à escola, então tinha todo esse caminho de alguém da equipe acompanhar o adolescente, ir até

lá e tal, quando chegava toda a narrativa sobre a trajetória do que acontecia lá, fazendo a mediação entre o adolescente e a pessoa da escola. Passamos a ampliar a ação em rede com o sistema de saúde, o conhecimento do território, a intersectorialidade.

Então, passo a encontrar, no movimento de pensar metodologicamente essa intervenção, essas práticas que já estavam presentes numa perspectiva educativa, e quando elas vão se configurando num lugar mais preciso, há o acompanhamento juvenil que vai construindo um acordo com o percurso que o adolescente produz neste encontro de um tempo sentido, ocupando outro lugar dentro da estratégia de intervenção.

A segunda questão no AJ é poder explorar os saberes e as estratégias que o acompanhante traz, porque não é só uma questão do adolescente ou da adolescente. Aqui na PPSC, surgiu a questão de que se alguém era da pedagogia, da história ou do direito, podia fazer o AJ? Isso pra mim não estava muito posto, do ponto de vista que todos faziam, não era da psicologia, e também porque o AJ não é propriedade de uma área de conhecimento, ele é uma estratégia de intervenção. E daí, claro que o AJ parte da construção de um campo de saber interdisciplinar, porém eu não tenho que ser psicólogo/a, pedagogo/a, enfermeiro/a ou... Cada acompanhante tem um saber de onde se posiciona (pedagogia, da psicologia, da enfermagem, do serviço social, entre outras formações) e a partir dessa experiência, vai poder compor uma oferta para esse adolescente, vai ter uma singularidade na forma de acompanhar, e esse será um elemento para poder pensar o acompanhamento. Por outro lado, o AJ demanda um aprendizado com saberes sobre saúde coletiva, subjetivação, cidade, sobre processos educativos e autonomia, direito e garantias das políticas públicas. Aí nós temos um adolescente com uma questão maior com o abuso de drogas, por exemplo, a gente vai ter que compor com isso, e não é necessariamente o acompanhante ter o conhecimento sobre, mas ter essa

itinerância do ponto de vista da rede de intervenção, com quem pode contar.

E aí, precisamos perceber o quanto dialogamos com o saber do adolescente, pois uma tentativa do AJ é estar atento a essa diversidade de saberes, buscando uma dialogia, que sejam várias vozes se escutando, e não uma se sobrepondo à outra.

Karine S: Sobre essa questão de que aqui (no PPSC) já se fazia, eu acho que a metodologia que se usava, de olhar o trajeto do adolescente¹⁶, diz muito desse outro tempo, desse outro olhar, do percurso da vida do adolescente. Fiquei pensando que já se tinha um olhar pra esse percurso e esse *fazer com*, e eu fico pensando que isso talvez tenha potencializado a nomeação do AJ, que enfim, dá mais ênfase para uma descentralização da medida e uma desindividualização da medida, que por mais que seja o adolescente quem tá cumprindo, ele não precisa (e não deve) estar sozinho.

¹⁶ Dinâmica realizada com os adolescentes no início de cada encontro da oficina, em que cada adolescente relata o seu trajeto até a oficina naquele dia – desde que acordou até chegar ali no PPSC.